

Revista Brasileira de Educação do Campo

The Brazilian Scientific Journal of Rural Education

EDITORIAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2pi>



Educação do Campo, formação de professores e movimentos sociais

Gustavo Cunha de Araújo¹, Cícero da Silva²

¹Universidade Federal do Tocantins - UFT. Departamento de Educação do Campo. Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1588, Centro. Tocantinópolis, Brasil. rbec@uft.edu.br. ²Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: rbec@uft.edu.br

A *Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC*, ISSN 2525-4863, periódico do Departamento de Educação do Campo, da Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Tocantinópolis, lança o seu segundo número do volume 3, referente ao segundo trimestre de 2018. Este número traz 16 artigos, aprovados dentre os manuscritos recebidos ao longo dos anos de 2017 e 2018.

Considerando que, em sua maioria, os artigos desta edição foram elaborados com base em pesquisas desenvolvidas nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) localizados nas diferentes regiões brasileiras, envolvendo especialmente o processo de implantação de cursos e experiências na formação de professores, isso justifica a escolha do título deste editorial. E uma das razões para concepção da *Revista Brasileira de Educação do Campo* lá no ano de 2016 foi exatamente a inexistência, até então, de um periódico com foco/escopo específico que contemplasse e acolhesse as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Educação do Campo em geral e, em especial, nas LEDOC e nos movimentos sociais do campo. Desde que publicou o seu primeiro número, em agosto de 2016, a RBEC mantém a sua missão e corrobora, mais uma vez, o seu compromisso social ao dar visibilidade à produção de conhecimento no contexto nacional e internacional acerca da Educação do Campo.

No primeiro artigo, “**Ensino de Física para a população rural do Tocantins: desafios e problemas a serem superados**”, de autoria de Alessandro Silvestre da Rocha (UFT), Regina Lelis de Souza (UFT), Denisia Brito Soares (UFT), Nilo Maurício Sotomayor Choque (UFT), Liliana Yolanda Ancalla Dávila (UFT), Shirlei Nabarrete Desidério (UFT) e Érica Cupertino Gomes (UFT), teve como principal objetivo apresentar uma análise detalhada de como se encontra a estrutura escolar rural do Estado nas oito regiões tocantinenses, com foco no quantitativo de estudantes com acesso ao ensino de Ciências, especificamente Física. Constatou-se no estudo que há 10 vezes mais alunos que estudam esta ciência nas zonas urbanas. Majoritariamente, a população rural não tem acesso garantido ao ensino de Física nas localidades em que reside, produzindo um cenário desfavorável.

Na sequência, o artigo intitulado “**Educação do Campo e Autonomia: desenvolvimento comunitário e pedagogia de participação no Assentamento do Movimento Sem Terra [MST], Luís Inácio Lula da Silva (Lulão)**”, de autoria de Altemar

Rev. Bras. Educ. Camp.	Tocantinópolis	v. 3	n. 2	p. i-vi	mai./ago.	2018	ISSN: 2525-4863
------------------------	----------------	------	------	---------	-----------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Felberg (ULHT / Lisboa) e Geovani de Jesus Silva (UNEB), teve como fito apresentar o papel da Educação do Campo no processo de formação de sujeitos autônomos, a partir de estudo realizado em um assentamento do Movimento Sem Terra no Sul da Bahia, que buscou compreender de que modo os indicadores de desenvolvimento refletem o grau de autonomia de seus moradores. Os pesquisadores concluíram que ter mais autonomia e agir com maior liberdade de pensamento e ação melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo - questões centrais para o processo de desenvolvimento. Para potencializar a autonomia, a educação exerce um papel fundamental, no universo e na população estudada, efetivando-se na práxis da vida cotidiana, no exercício da cidadania e na participação social, consolidando-se como prática de liberdade.

O próximo artigo, **“Educación cooperativista y extensión rural”**, de Palloma Rosa Ferreira (UFV), Diego Neves de Sousa (EMBRAPA) e Michele Silva Costa (UFT), objetivou analisar a relação entre educação cooperativista e extensão rural na gestão de cooperativas agrárias. Entre os resultados alcançados na investigação, os(as) pesquisadores(as) mostram que o desenvolvimento da educação cooperativista e o trabalho realizado pelas organizações, especialmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), tem se demonstrado como autênticas organizações de natureza consultiva. A investigação mostrou que a extensão rural proporciona o estabelecimento de atividades de educação cooperativista junto às organizações cooperativas agrárias. Nesse sentido, os(as) autores(as) concluem que a educação cooperativista e a extensão rural são práticas indissociáveis para uma adequada gestão de cooperativas.

Em **“A Educação Física como componente curricular de uma escola do campo do município Jitaúna/Bahia”**, de Silvano da Conceição (UESB) e Poliana Freitas Brito (UESB), analisaram-se as dificuldades para o desenvolvimento da disciplina de Educação Física, oferecida para as turmas do sexto ao nono ano do ensino fundamental. Segundo os(a) autores(a), o estudo evidenciou que embora a legislação sobre Educação do Campo tenha avançado em vários aspectos, a escola analisada permaneceu à margem das ações do poder público e essa situação tem prejudicado o desenvolvimento de todas as disciplinas do currículo escolar, não apenas da Educação Física. Diante disso, os(a) autores(a) concluem que a letargia do poder público tem dificultado a construção de uma escola do campo de qualidade, que trabalhe temáticas e conteúdos que respeitem, valorizem e fortaleçam a cultura e a identidade da população do campo.

Já no artigo **“Educação do Campo adaptando métodos pedagógicos: proposta para EJA sem evasão nas comunidades quilombolas”**, de autoria de Ieda Ribeiro Rodrigues (UFPA) e Haroldo de Vasconcelos Bentes (IFPA), analisa-se a inclusão de procedimentos pedagógicos que valorizem a cultura local nas turmas da EJA de duas escolas de comunidades quilombolas. Objetiva-se a partir deste método, a participação regular do aluno na escola, propondo assim a redução no índice de evasão escolar através da modificação do ensino em sala de aula. São apresentados relatos de alunos e professores que justificam o problema da evasão. Sugerem-se dinâmicas diferenciadas exemplificadas na disciplina de Filosofia de Educação com uma das turmas de Educação do Campo (UFPA). No campo teórico, defende-se um ensino que prioriza as especificidades dos sujeitos da EJA e da cultura local. Contextualizando com Haroldo Bentes (2010; 2016), Caldart (2000; 2012) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Escolas do Campo e Educação Quilombola. Dentro dos fundamentos metodológicos aborda-se a integração de métodos pedagógicos adaptados de acordo com a cultura local. Dialoga-se sobre o entrosamento e interesse do aluno da EJA com as disciplinas. Norteia-se no final que a troca de saberes professor-aluno estimula o crescimento socioeducacional, incentivando a permanência do aluno na escola e reduzindo o índice de evasão escolar.

No artigo intitulado **“A formação do professor rural em Minas Gerais: casos e (des)casos”**, de Roberta Aparecida da Silva (UFV) e Rita de Cássia de Souza (UFV), as autoras fizeram uma contextualização histórica em relação à formação dos professores primários no Brasil e no Estado de Minas Gerais, com ênfase no professor rural e na escola rural. Dentre outros resultados, as autoras constataram que, em nome do discurso de reverter o “atraso” da agricultura, de fixar o homem rural no campo, de diminuir o analfabetismo existente, bem como modernizar o país, foram criadas instituições específicas para a formação de professores rurais em alguns Estados brasileiros, e, entre eles, Minas Gerais. Como resultados, a pesquisa mostrou que a preocupação com a Educação Rural em Minas Gerais tornou-se evidente após 1950, momento a partir do qual começou a ser observada a necessidade de se formar os professores rurais, providos de conhecimento específicos e contextualizados para poderem desenvolver um processo de civilização do ambiente rural. É possível concluir, mediante observação, que as políticas públicas brasileiras apresentaram e apresentam fragilidades em relação à Educação Rural, desenvolvendo-se de forma lenta, desconexa e tardia em relação às iniciativas educacionais urbanas.

Em **“Escola do campo e a prática social de ensino da matemática na concepção da comunidade escolar”**, de autoria de Ana Paula Nahirne (UFFS) e Dulce Maria Strieder (UNIOESTE), as autoras objetivaram encontrar respostas sobre quais são as concepções da comunidade de uma Escola do Campo acerca da Educação Matemática e seus elos com o contexto local. Na pesquisa desenvolvida, constataram as potencialidades do Ensino da Matemática no atendimento das características particulares da Educação do Campo, tendo como um dos elementos concluintes a apresentação da Modelagem Matemática na perspectiva da Educação Matemática como alternativa metodológica significativa para a aprendizagem dos conteúdos, uma vez que tal perspectiva considera a realidade e os interesses da comunidade escolar.

No artigo intitulado **“Mathematical education of young and adults: pedagogical implications of historical-cultural theory”**, de José Carlos Miguel (UNESP), o autor aborda algumas implicações pedagógicas da teoria Histórico-Cultural para a exploração de ideias matemáticas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dentre alguns resultados verificados, o autor aponta para o constructo teórico da perspectiva Histórico-Cultural como perspectiva para a efetivação de um amplo processo de produção de sentidos e de negociação de significados de ensino e de aprendizagem da Matemática na EJA.

Na pesquisa apresentada no artigo **“A Pedagogia da Alternância no CEFFA de Ji-Paraná/Rondônia: a ênfase na identidade que produz diferenças”**, de Alberto Dias Valadão (UNIR) e José Licínio Backes (UCDB), os autores analisam como são produzidas e negociadas as identidades/diferenças de jovens do campo no espaço educativo do Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA) de Ji-Paraná, em Rondônia. O estudo vincula-se ao campo teórico dos Estudos Culturais pós-estruturalistas, além de articular ideias com a Educação do Campo. Como procedimento metodológico, fez-se uso da entrevista com alunos e monitores, da observação de alunos e monitores, bem como de sua inter-relação com os outros sujeitos e o ambiente acadêmico onde estão inseridos, além da análise de documentos curriculares da Pedagogia da Alternância. A pesquisa revelou que as identidades produzidas no espaço educativo do CEFFA são desestabilizadas pelas diferenças, entrelaçadas por inúmeras práticas culturais e, por isso mesmo, descontínuas, descentradas, fragmentadas, relacionais.

Em **“Educação do Campo, Ensino Médio e juventude camponesa: conceitos em construção”**, artigo de Maria de Lourdes Jorge de Sousa (SEDUC-MT) e de Ilma Ferreira Machado (UNEMAT), as autoras discutem as configurações do Ensino Médio em escolas do campo no polo do CEFAPRO de São Félix do Araguaia – MT, em interface com as proposições da Educação do Campo. A pesquisa foi realizada com educadores de duas

escolas/salas anexas, localizadas no Projeto de Assentamento Mata Azul e no Projeto de Assentamento Dom Pedro Casaldáliga, vinculadas às Escolas Estaduais 29 de Setembro, no município de Novo Santo Antônio, e Tancredo Neves, no município de São Félix do Araguaia, na Microrregião Norte Araguaia – nordeste de Mato Grosso. Adotou-se na pesquisa a abordagem qualitativa, numa perspectiva crítico-dialética. Para a coleta dos dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Os resultados da investigação mostraram que o Ensino Médio no campo, nas escolas pesquisadas é uma experiência ainda incipiente, que envolve questões relativas à estrutura física das unidades escolares, à organização curricular, ao papel social da escola do campo, à formação dos docentes, ao acesso e permanência dos jovens camponeses a escola até concluírem a formação de nível médio, evidenciando tensão, por parte dos educadores, no sentido de contrapor ao paradigma da seletividade e dualidade do Ensino Médio e do urbanocentrismo em escolas do campo.

Já o trabalho intitulado **“Oficina de tinta de terra: contextualizando pigmentos na disciplina de História da Química na LEdoC/UFMA”**, elaborado por Meubles Borges Júnior (UFMA), Matheus Casimiro Soares Ferreira (UFMA) e Carolina Pereira Aranha (UFMA), apresenta um relato vivenciado na disciplina História da Química, em um curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Bacabal), na qual a temática central trabalhada foi “a química dos pigmentos”. A contextualização do conteúdo se deu perpassando as três categorias do processo de contextualização (exemplificação pontual e caráter motivacional; estratégia de ensino-aprendizado; formação de cidadão crítico na tomada de decisões), culminando com o desenvolvimento de uma consciência crítico-reflexiva na perspectiva CTSA. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se: aula expositiva, leitura e interpretação de artigos científicos, debates, oficina de Tinta de Terra, pintura e exposição dos artefatos cerâmicos e avaliação. Com base nos resultados, conclui-se que a oficina de tinta de terra ganhou destaque no processo formativo, pois trouxe contextos científicos, tecnológicos e sociais, o que contribuiu para a valorização e o resgate de fatos e experiências do cotidiano, ao discutir e vivenciar o significado de sustentabilidade, com tecnologia ambientalmente saudável e técnica de baixo custo, portanto, ampliando o potencial do processo de ensino-aprendizagem.

Na sequência, em **“Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS”**, de Maria Elizabeth Souza Gonçalves (UNEB), o fito do trabalho foi descrever analiticamente a experiência do Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido (SIECS), sediado no IFBA de Juazeiro-Bahia, em novembro de 2016. Com o tema “Terra, Trabalho e Educação”, o SIECS apresenta uma perspectiva pluralista de pensar engajadamente o conhecimento sobre Educação do Campo, com a contribuição de um coletivo plural e portador de saberes diversos: Academia, Movimentos Sociais do Campo, Movimento Estudantil e Artistas. Sob a égide de uma ecologia de saberes (Santos, 2010), os resultados apontam o SIECS como espaço contra-hegemônico no fortalecimento da luta pela terra, pela educação, por qualidade de vida para todos, construído numa perspectiva descolonial que assume o lugar, o tempo e os sujeitos nas suas diversas relações de poder.

Em **“Política de expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios para a implantação do Programa Nacional de Educação do Campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul”**, de autoria de Jorge Luis D'Ávila (UFMS), objetiva-se analisar o processo de implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na perspectiva de compreender a morosidade do Estado brasileiro na execução da gestão das políticas educacionais. Levando-se em consideração as articulações recíprocas entre Estado, educação e Educação do Campo, na perspectiva marxiana, o pressuposto de análise parte da totalidade das relações entre os homens, o que permite reintegrar nessa totalidade a base material e a base política do mundo

dos homens. A política de formação de professores do campo é uma ação do Estado que pretende amenizar as pressões e as demandas apresentadas pelos movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária. O autor conclui que a expansão da licenciatura focalizada esbarra nas políticas de caráter neoliberais que reduzem as verbas destinadas à expansão dos cursos, o que afeta diretamente a autonomia das universidades e os fatores ideológicos decorrentes das características pedagógicas do curso, que tem na luta de classes o seu principal ponto de reflexão como outro entrave para a expansão da LEDUCAMPO.

O artigo intitulado **“Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias no IFSULDEMINAS/Campus Inconfidentes”**, elaborado por João Batista Begnami (AMEFA), Aloísia Rodrigues Hirata (IFSULDEMINAS) e Luiz Carlos Dias da Rocha (IFSULDEMINAS), tem como objetivo apresentar uma análise da experiência de construção coletiva e interinstitucional e implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - área de Ciências Agrárias (LECCA), organizado em alternância e no enfoque agroecológico, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). As principais fontes de dados para a elaboração e análise deste trabalho são: o Projeto Pedagógico de Curso, documentos gerados para a construção desse e para a implantação do curso e as observações sobre as práticas pedagógicas iniciais. A presente sistematização constitui uma importante estratégia de visibilidade e reflexão sobre a realidade camponesa e as práticas político-pedagógicas do LECCA. Os autores concluem que essa experiência, inspirada nos paradigmas da Educação do Campo e da Alternância Pedagógica, evidencia um campo ambivalente de desafios e tensões na institucionalidade acadêmica, mas também traz para reflexão os potenciais da instituição pública de ensino superior como lugar de inovação e experimentação dos novos paradigmas de construção do conhecimento científico, comprometidos com um novo projeto de escola, de campo e de sociedade.

O penúltimo artigo, intitulado **“Licenciatura em Educação do Campo: princípios formativos a didática por área do conhecimento”**, produzido por Juliana Domit Mallat (UNIOESTE), Ademir Nunes Gonçalves (UNIOESTE) e Marcos Gehrke (UNIOESTE), analisa a formação inicial de professores por área do conhecimento nos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Estado do Paraná. Questiona e argumenta que, nessa formação, a didática assume formar professores para atuar por área de conhecimento e não por disciplinas específicas. Verifica elementos do campo da Didática geral e específica e analisa o movimento formativo entre as mesmas. Emprega análise documental e estudos bibliográficos na produção dos dados. Seleciona as matrizes curriculares como documento de análise e define categorias teóricas a Educação do Campo: o campo da Didática e a formação de professores. Considera que os cursos analisados aproximam a proposta da formação inicial de professores por área do conhecimento e argumentam acerca da necessidade de constituição da tríade, didática geral, didática específica e didática por área. Define princípios formativos: relação intrínseca entre ser professor e educador, postura crítica frente ao conhecimento escolar, planejamento coletivo, interdisciplinar e a partir da realidade, visão de totalidade nos processos de ensino, transgressão do modelo classificatório e excludente na avaliação e organização do trabalho pedagógico. Defende o campo da Didática, uma vez que estuda as especificidades do ensinar e aprender, sua relação com o conhecimento escolar e organização do trabalho pedagógico.

“A educação do MST diante do Estado e da política pública de Educação do Campo sob influência dos organismos multilaterais”, artigo de autoria de Vagner Luiz Kominkiewicz (UFSC) e Adriana D’Agostini (UFSC), fecha este número da RBEC relatando uma pesquisa que trata da Educação do MST em sua relação com o Estado e os organismos multilaterais, sintetizada na política de Educação do Campo. Essa investigação é fundamentada na análise de documentos do MST, do Estado e de organismos multilaterais,

entrevistas e questionários. A partir deste estudo, os autores concluem que o caráter de classe da educação no MST fica subsumido ao consenso que se inicia a partir do I ENERA, focado na luta pela educação centrada na política pública de Educação do Campo, representando um consenso entre frações de classes antagônicas. Apontam também para a necessidade de uma educação da classe trabalhadora, que neste momento se dá com limites e contradições, mas que se reconhece como necessária para a construção de experiências para um acúmulo de forças futuro.

A *Revista Brasileira de Educação do Campo* agradece aos(as) autores(as) pela submissão de trabalhos ao periódico e aos(as) avaliadores(as) que contribuíram emitindo pareceres e revisões dos manuscritos apresentados neste número e também ao longo de 2017 e 2018.

Desejamos a todos e a todas boas leituras!

Informações do Editorial / Editorial Information

Conflitos de interesse: Os editores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este Editorial.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Gustavo Cunha de Araújo



<https://orcid.org/0000-0002-1996-5959>

Cícero da Silva



<https://orcid.org/0000-0001-6071-6711>

Como citar este Editorial / How to cite this Editorial

APA

Araújo, G. C., & Silva, C. (2018). Educação do Campo, formação de professores e movimentos sociais. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(2), i-vi. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2525-4863.2018v3n2pi>

ABNT

ARAÚJO, G. C.; SILVA, C. Educação do Campo, formação de professores e movimentos sociais. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 2, mai./ago., p. i-vi, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2525-4863.2018v3n2pi>